

# O BRASIL REPUBLICANO DURANTE A TRANSIÇÃO DO CICLO SISTÊMICO DE ACUMULAÇÃO BRITÂNICO PARA O AMERICANO: SENTIDO E ESTRUTURA

Cristiano Addario de Abreu\*

## INTRODUÇÃO

Buscamos estudar as experiências monetárias do início da República no Brasil que buscavam modernizar a economia e melhorar a inserção internacional da economia brasileira no capitalismo mundial. Tendo como tela este capitalismo no auge da maturidade do ciclo britânico de acumulação. Vivia então a Grã Bretanha seu apogeu financeiro e político/militar, enquanto EUA e Alemanha a ultrapassavam como potências industriais.

O presente trabalho tem como objetivo estudar a política econômica, com ênfase na política monetária do governo brasileiro, partindo do primeiro governo republicano, que teve à frente de sua pasta da Fazenda Rui Barbosa, executor de uma política monetária expansionista e chamada à época de papelista, por se tratar de emissões de papéis inconversíveis lastreados na dívida pública. Tal política, cujo aumento de numerário aprofundava o que já vinha do fim do Império, gerou uma expansão que fugiu ao controle de seus executores causando um *crash* (cujas polêmicas relativas às suas causas serão aqui debatidas) na praça carioca, conhecido como **Encilhamento**. Da reação temerosa das conseqüências dessa política teremos alguns anos depois uma política econômica afinada com os ditames dos chamados então de metalistas: era o *Funding Loan* de 1898, sob a presidência de Campos Salles e o comando do Ministério da Fazenda com Joaquim Murinho, para mais alguns anos depois chegarmos a uma terceira política econômica mais balizada e intervencionista, já em 1906, no movimento, centrado em São Paulo, que entrou para a literatura econômica com o nome de **Convênio de Taubaté**, cuja inovação cambial da Caixa de Conversão será aqui destacada. Logo, o que se pretende aqui rastrear é a mudança de atitude política e parcialmente ideológica de uma classe dirigente: desde uma política expansionista com Rui Barbosa, até o liberalismo mais dogmático da dupla Salles/Murinho, para chegar a

---

\* Mestrando em História Econômica pela Universidade de São Paulo

um pragmatismo intervencionista interessado por parte dos defensores de algum plano de valorização para o café, e um controle cambial relativo em 1906. Ou, do confronto entre papelistas e metalistas, típico de século XIX, até um momento mais balizado na política monetária já no começo do século XX. Tendo como pano de fundo a maturidade do terceiro ciclo sistêmico de acumulação arrighiano<sup>1</sup>.

Na primeira década republicana (1889-1898), temos como marcos balizadores do histórico confronto entre papelistas e metalista dois planos econômicos antagônicos: o plano expansionista que será acusado de estar na origem do **Encilhamento** e o *Funding Loan*, bem como os protagonistas de tais planos: Rui Barbosa e Joaquim Murinho/Campos Salles. Com essa base histórica, tencionamos estudar o confronto dos chamados papelistas com os denominados metalistas, no início de nossa República, até chegar ao momento mais equilibrado desse confronto, com uma fração da elite dirigente buscando e conseguindo, em parte, um Estado mais ativo e presente na economia, com o fito de uma valorização para o café (1906).

Estudamos esse movimento da classe dirigente de então: desde uma política mais afeita ao *laissez-faire* em 1898, ao proto-intervencionismo (de parte da mesma elite num momento subsequente), em 1906, tendo como contexto uma política econômica republicana que partia originalmente da audaciosa experiência papalista do primeiro gabinete republicano: pretendemos ter, em 1906, com o ambiente político do **Convenio de Taubaté** um ponto de vista privilegiado da Primeira República, uma encruzilhada de nossa história econômica, que tende a uma síntese política entre os dois planos anteriores citados (o expansionismo monetário do **Encilhamento** e o metalismo do *Funding Loan*).

Tal trabalho nos parece necessário como forma de aprofundar o estudo desse momento fulcral de nossa história econômica, focando transformações ideológicas e pragmáticas entre frações da elite de então: entre ideologias e interesses, rastreamos

---

<sup>1</sup> ARRIGHI, G. *O longo século XX: dinheiro, poder e as origens do nosso tempo*. São Paulo: Ed. UNESP/Contraponto, 1996.

disputas e propostas de como pensavam formas de o Brasil fazer suas políticas econômicas.

**A MODERNIZAÇÃO NA PERIFERIA EM MEIO À TRANSIÇÃO ENTRE CICLOS DE ACUMULAÇÃO (DO BRITÂNICO AO AMERICANO). A BUSCA DE PROGRESSO ENTRE AS MOEDAS VIGENTES: A IMPERATIVA EXPERIÊNCIA FIDUCIÁRIA E A MIRAGEM METALISTA.**

Temos, na segunda metade do século XIX, um processo de aceleração dos mecanismos de comércio, finanças e indústrias nos países centrais do capitalismo que, por um lado, aprofundou a primazia comercial/naval/financeira britânica, e por outro assistiu ao surgimento de duas modernas potências industriais: Alemanha e EUA<sup>2</sup>. Foi diante desse quadro que a ânsia de modernização na sociedade brasileira tornou-se cada vez mais inescapável com os desafios lançados pelo centro do sistema econômico no ocaso do século XIX, forçando as mudanças institucionais e sistêmicas da passagem do Império para a República no Brasil.<sup>3</sup> A abolição era o tema central para pensar a produção no Brasil: como seguir e ampliar a produção, saindo desse sistema de tão fundas raízes no Brasil, mas tão nitidamente condenado pela história? É visivelmente óbvio o impacto do exemplo norte-americano nos dirigentes e homens públicos do Brasil da segunda metade do XIX: o “mar vermelho”<sup>4</sup> que arrasou a escravidão naquela grande República seguramente assustou os dirigentes do velho Império quanto ao fim, inevitável, de tão odioso sistema de trabalho no nosso hemisfério.

Pois se nós hoje definimos claramente a guerra civil americana como um marco na modernização militar e produtiva dos EUA, na base do que será a segunda revolução industrial, assim como a guerra franco-prussiana tem uma dimensão análoga na história industrial alemã, para os homens de fins do século XIX isso ainda não estava completamente teorizado, mas já era visível, mesmo para os homens de um país periférico como era o Brasil então. O exemplo industrialista norte-americano, baseado

---

<sup>2</sup>HOBSBAWM, E. J. *Da Revolução Industrial Inglesa ao Imperialismo*. Ed. ForenseUniversitária. P.101.

<sup>3</sup> Idem. p. 121.

<sup>4</sup>BLACKBURN, Robin. *An Unfinished Revolution*.

no trabalho livre, calava fundo na letargia escravista brasileira. Não foi por acaso que, onde lhe foi possível, o Brasil seguiu o exemplo do norte, trazendo imigrantes europeus em regime de trabalho livre, sobretudo na área do café. Conseguindo um meio de substituir a mão de obra servil pela livre, para a produção desse produto vital para nossa inserção econômica no mundo, o Brasil finalmente escapa à escravidão.

Mas a fascinação com a grande República do norte ultrapassava os limites econômicos, indo também ao político: lembremos que o primeiro nome republicano do Brasil foi o de República dos Estados Unidos do Brasil, e que a primeira bandeira republicana (que durou poucos dias) era uma réplica em verde e amarelo da bandeira norte-americana. Numa decisão mais equilibrada, o governo provisório decidiu pelo retorno da antiga bandeira do Império, mas sem o brasão da casa de Bragança no centro, e sim o céu do Brasil da noite de 15 de novembro de 1889, cortado com o lema positivista “Ordem e Progresso”.

Mas nos centraremos, neste trabalho, nas dimensões econômicas da modernização republicana do Brasil, em meio ao quadro do capitalismo histórico de então, como o caso da reforma econômica de janeiro de 1890: teremos nessa reforma bancária capitaneada por Rui Barbosa, com emissão de notas lastreada em títulos da dívida pública, um caso declarado de modernização institucional inspirada diretamente em experiências norte-americanas.

Vemos nesta experiência Rui Barbosa apostar na ampliação do numerário brasileiro via monetização da dívida pública nacional. Claramente inspirado na tradição hamiltoniana estadunidense, essa modalidade de moeda tinha ainda a intenção de servir para a diminuição paulatina das taxas de juros, o que atacaria uma questão clássica da economia brasileira até hoje: o custo da dívida pública nacional.

Assim vemos na aurora republicana os primeiros arquitetos do novo regime, movendo o pêndulo da política econômica em direção ao pólo papelista, retirando, em parte, nossa moeda da sombra de uma miragem metálica e aplicando o plano de fato papelista: a expansão monetária lastreada na dívida pública. Ou: a monetização de nossa dívida pública. Isso viria pelas mãos do primeiro gabinete republicano com Rui Barbosa chefiando o ministério da Fazenda, com a lei de 17 de janeiro de 1890, que liberava bancos de emissão e gerava uma forte expansão do crédito com moeda inconvertível lastreada na dívida pública. A proposta defendida por Rui Barbosa era que o meio circulante não deveria ser lastreado no curso metálico, pois não seria esse que seguraria

o câmbio alto, e sim a estabilidade do câmbio ao par como resultado da prosperidade econômica resultante da circulação inconvertível. Assim pretendiam, com tal reforma, a emissão de moeda sobre os títulos da dívida pública, pretendendo combater a queda do câmbio e a conseqüente retração emissora, no sentido de evitar o esgotamento de seus estoques metálicos.

Esperar a regeneração do meio circulante pela circulação metálica, n'um país de câmbio mudável como o tempo nos climas tropicais, é cair n'um ciclo vicioso. Essa mutabilidade do câmbio, essa sua depressão habitual denunciam a insuficiência dos recursos ordinários do país na liquidação de suas contas no exterior. Não é portanto a circulação metálica que nos há de firmar o câmbio alto: é pelo contrário a estabilidade de câmbio ao par, efeito da prosperidade econômica da nação, que nos há de permitir a circulação convertível. Os metallistas invertem os termos do problema, e por isso suas criações não passam de castelos de carta.<sup>5</sup>

Ainda temos que admitir que, por mais que muitos considerassem os metallistas dogmáticos, tinham eles então mais estofamento teórico, estando os papelistas calcados mais intuitivamente do que doutrinariamente. A grande base doutrinária dessa escola era por si só intuitiva e empirista: a *real bills doctrine*, que era

a noção de que a emissão de papel-moeda em desconto de uma duplicata legítima, isto é, representando uma legítima transação de compra e venda de crédito, ocorrida espontaneamente no comércio, jamais poderia ser inflacionária. Era como se na presença de bancos de emissão, as necessidades do comércio criassem a moeda necessária para o giro dos negócios.<sup>6</sup>

Aos papelistas tal necessidade dos negócios era medida pelas taxas de juros.

Tal descrição pode nos parecer muito lógica, mas não era para quem pensava a moeda como reserva de valor, lastreada em algum metal. A postura de Rui e dos papelistas defendia que o indicador da política monetária deveria ser o das necessidades do comércio e da indústria. Logo, o mais importante na política monetária não seria o câmbio (como era para os metallistas) e sim a taxa de juros. Esta sobe quando encarece a moeda e baixa quando a moeda é abundante: daí a importância indicadora dos juros.

Afora essa inovação, temos também um visível empirismo do primeiro gabinete republicano no que se refere à quantidade que se deveria aumentar do numerário nacional, bem como na quantidade dos bancos de emissão. Quanto à quantidade de

---

<sup>5</sup> BARBOSA, Rui. *Finanças e política da República, discursos e escriptos*, Ed. Cia. Imperial 1892, p. 28

<sup>6</sup> FRANCO, Gustavo H. B. *O Papel e a Baixa do Câmbio* ; Ed: Reler; p.22.

moeda a ser expandida, temos da parte de Rui Barbosa um empirismo que inclui uma visão geográfica da economia brasileira.

Ora nós somos um paíz quase exclusivamente agrícola; somos um paíz de população esparrissima, somos atrazadíssimos em meios de transportes, somos um paiz onde quantidades incalculáveis de meio circulante se immobilizam em acummulações particulares, e onde o mecanismo usual das permutas, em estado ainda quase rudimentar, põe continuamente em contribuição o emprego material da moeda real, ou representativa (...) Ora tanto mais lento é o circular da moeda e tanto maior somma della, portanto, se requer para o mesmo número de operações, para a mesma quantidade de permutas.<sup>7</sup>

Além da força argumentativa e audácia intelectual, temos que reconhecer ser o momento histórico econômico de então repleto de mistérios para os próprios executores, sendo o caminho intelectual de Rui Barbosa corajoso, mas dominado por um empirismo, um experimentalismo que assustava muitos dos seus contemporâneos.

Neste ponto em que citamos Rui Barbosa descrever a geografia econômica do Brasil de seu tempo, usamos este gancho para finalmente entrarmos na digressão que será aqui desenvolvida. Buscamos interpretar este contexto de atraso, descrito por Rui Barbosa, sob a ótica de alguns autores selecionados. Usaremos nosso atual ponto de vista privilegiado para estudarmos não apenas suas práticas econômicas, como também suas ideias econômicas: como se posicionavam politicamente e, assim, como direcionavam o Brasil sob a ótica de tais ideias.

Para tanto, usamos a perspectiva de alguns autores selecionados para a organização de tal quadro, como Fernand Braudel e Giovanni Arrighi, com a perspectiva de sistema mundo por eles desenvolvida. Mais exatamente a ideia de Arrighi de ciclos sistêmicos de acumulação: trabalhamos as modernizações republicanas do Brasil sob a perspectiva da mudança do terceiro ciclo sistêmico de acumulação capitalista para o quarto ciclo. Ou mais precisamente: veremos o Brasil entrar na República no auge e maturidade do ciclo britânico de acumulação (terceiro), enquanto os EUA viviam sua ascensão industrial que lhes abriria o ciclo americano de acumulação pelo século XX (quarto ciclo).<sup>8</sup>

Vemos então o Brasil, ainda recém saído da escravidão, diante de um sistema capitalista internacional que, em seu centro, deixava o modelo industrial-concorrencial

---

<sup>7</sup> BARBOSA, Rui. *Finanças e política da República, discursos e escriptos*, Ed. Cia. Imperial 1892, p.72

<sup>8</sup>ARRIGHI, Giovanni. *O Longo Século XX*. Ed. Unesp. 1994.

para o capitalismo financeiro-monopolista<sup>9</sup>. Isso hoje nos é claro, mas para os executores políticos da época, sobretudo na periferia do sistema, esse quadro ainda estava sendo decifrado, sendo o discurso dominante ainda impregnado com a pátina liberal britânica, logo, sendo tal discurso e visão extremamente resistentes em aceitar a nova realidade ascendente de práticas industriais cartelizadas em busca da segurança de preços mínimos. Aliás, é desse final do século XIX que surgem as palavras cartéis (Alemanha), *trusts* (EUA), *pools* (Grã-Bretanha) e *ententes* (França).<sup>10</sup>

Tal busca por segurança tanto na ponta de fornecedores, quanto na de consumidores de bens industriais mostrava-se vital no volume e economia de escala em que se desenvolvia essa que será chamada de segunda revolução industrial. Inclusive as práticas neo-colonialistas oficialmente consolidadas no Congresso de Berlim (1885) com sua partilha da África, assustaram o mundo fora do Atlântico Norte. Mesmo em lugares distantes como China e Japão, o peso da indústria do aço com a força regendo o mercado causou arrepio quanto ao futuro dos povos não europeus. Enquanto isso, no campo europeu, muitos reclames vinham da tradição liberal britânica, que via nesse neo-colonialismo um verdadeiro neo-mercantilismo, ou seja, algo que consideravam uma regressão econômico-política.<sup>11</sup>

Pois é nesse quadro que o Brasil viu-se forçado a um projeto modernizador.

Um desafio típico daquele período para a modernização num país como o Brasil era a monetização das relações econômicas e, ainda mais, construir o hábito entre os poucos homens monetizados de deixar o dinheiro em bancos. Sendo essa “bancarização” um desafio que era causa e consequência da especialização do trabalho para o mercado: seja este mercado o externo ou o interno ainda em formação. A saída de produtores ligados à subsistência em direção à produção mercantil apontava para a monetarização das relações sociais como o futuro geral. Mesmo que no território brasileiro muitas das trocas então se fizessem em mercadorias *in natura* e ainda mais em créditos pessoais ou “quase moedas”, tudo isso já demandava a existência de um meio de troca eficaz. Ou:

---

<sup>9</sup>ROBINSON, E. A. G. *Monopolio*. Fondo de Cultura Economica. p. 191, 217, 241.

<sup>10</sup>HOBSBAWM, E. J. *Da Revolução Industrial Inglesa ao Imperialismo*. Ed. Forense Universitária. p.121.

<sup>11</sup>Idem, p. 120, 121, 122.

“Nos estágios cruciais do desenvolvimento, especialmente num país geograficamente vasto com uma fronteira esparsa (como os Estados Unidos do século XIX e o Brasil) a principal função da estrutura financeira e bancária é permitir uma crescente *monetização da economia*. Aliás, o estudo da monetização da economia, isto é, a transição de economia de subsistência à economia de exportação (com superávit de produção exportável) e depois a economia industrial, é o tema principal da história econômica brasileira (...). No período inicial aqui considerado, o que é relevante é analisar como foi introduzida no Brasil a inovação econômica de maior repercussão na história econômica: a moeda.”<sup>12</sup>

Apenas ressaltamos aqui que a passagem da subsistência para a economia mercantil monetizada não precisa ser via exportação. Como veremos nas páginas seguintes, seguindo a teoria braudeliana de uma divisão da economia em três partes, uma economia de mercado regional já garante a necessidade de um meio de troca universal. Os supracitados frisavam a exportação como caminho de acúmulo de cambiais para buscar uma industrialização. Pois vivia-se num mundo eurocêntrico e, mais ainda, britanicocêntrico, onde a rota do desenvolvimento obrigava cuidado e interação com os países centrais. Mas se estes autores estão focando numa moeda com trânsito internacional é necessário uma produção também com trânsito internacional: café, borracha, cacau, algodão, açúcar, no caso do Brasil de então. Mas defendemos que para a finalidade de uma economia regional (um mercado interno em formação), outras moedas já podem resolver a necessidade de meio de troca.

No quadro mundial tínhamos o auge de um agente histórico central então em maturidade como centro hegemônico: a Grã-Bretanha. O capitalismo do século XIX é o do *paxbritannica* com seu imperialismo de livre comércio e padrão ouro,<sup>13</sup> ainda vigentes no auge, mas já sentindo os ruídos da segunda revolução industrial centrada na Alemanha e nos EUA<sup>14</sup>. O principal ruído dessa ascensão industrial sente-se no “excesso” da produção industrial, uma vez que temos novos centros industriais, mais modernos, capazes de concorrer com a Grã-Bretanha. Contudo, o excesso produtivo, antes de atingir as indústrias modernas, origina-se nas “indústrias agrícolas”: modernas técnicas agrícolas, com uso de fertilizantes e salitre nas velhas terras da Europa, além da

---

<sup>12</sup>Pelaez, Carlos Manuel e Suzigan, Wilson. *História Monetária do Brasil*. Ed UNB. 1976. p. 18.

<sup>13</sup>POLANYI, Karl. *A Grande Transformação: as origens da nossa época*. Rio de Janeiro : Elsevier : Campus, 2000.

<sup>14</sup>BEAUD, Michel. *Historia do Capitalismo de 1500 aos nossos dias*. Ed. Brasiliense. 1987. p. 202, 203, 204, 205, 206.



conquista de novas terras nos EUA, na Argentina, no Canadá e Rússia, não apenas pelos imigrantes, mas, sobretudo, pelas estradas de ferro e navios a vapor que tornaram a produção de terras distantes acessíveis aos grandes centros consumidores. A queda dos preços agrícolas foi o começo de uma deflação geral que marcou as três últimas décadas do século XIX. Essa deflação agrícola foi ainda responsável pelo barateamento parcial do custo de vida das massas proletárias, que tiveram seus salários também achatados quando a deflação alcançou a produção fabril. Não é coincidência a criação da bolsa do milho em Chicago e a do trigo em Manchester exatamente por esses anos<sup>15</sup>: a comunicação e transportes modernos permitiram a criação de uma centralização de formação de preços nessas praças, transformando esses grãos em *commodities*, permitindo aos agentes capitalistas de transporte e estocagem agirem de forma oligopsônica em relação aos produtores agrícolas e oligopólicas em relação aos consumidores (um esquema correlato será estudado no caso brasileiro dos atravessadores agrícolas no século XX, por Ignácio Rangel em *A Inflação Brasileira*<sup>16</sup>, achando justamente aí uma fonte crônica da inflação no Brasil). Mas, em fins do XIX, no centro do sistema, tal centralização de preços causava uma histórica deflação.

Tal deflação ficou conhecida como a Grande Depressão dos anos de 1873-96, que Eric Hobsbawm chamou de “equivalente vitoriano da quebra de 1929”, e assustou aos apegados às ideologias de progresso ininterrupto e liberalismo, típicas do século XIX. Porém, como estamos estudando esse período sob a óptica arrighiana dos ciclos sistêmicos de acumulação, podemos ver esse processo como algo cabível dentro de uma transição sistêmica em que se desenham potências produtoras industriais ascendentes, enquanto a potência outonal (nesse caso, a Grã-Bretanha) caminha para se especializar parcialmente nas finanças. Logo, esse período conhecido como a Grande Depressão de 1873-96 não foi, de modo algum, um desvio da experiência histórica. Todas as expansões materiais prévias da economia mundial capitalista terminaram numa escalada de lutas competitivas. Durante uns trinta anos, a escalada dessas lutas, fenômeno que marcou o fim da expansão do comércio mundial de meados do século XIX, não assumiu a forma de uma guerra aberta entre as nações, como, em ocasiões anteriores, fizera desde o início. Essa defasagem pode ser atribuída a duas circunstâncias principais, que distinguem o terceiro ciclo sistêmico de acumulação (britânico) dos dois primeiros.

---

<sup>15</sup> DAVES, Mike. *Holocaustos Coloniais*. Ed. Record. 2002.

<sup>16</sup> Rangel, Ignácio. *A Inflação Brasileira* (1963). In *Os Desenvolvimentistas*. Ed: BNDES. p. 551, 558.

“Uma está relacionada com o imperialismo, e a outra, com o “livre-cambismo” do regime britânico de governo e acumulação.”<sup>17</sup>

Ao mesmo tempo, o regime britânico unilateral de livre comércio ligou o mundo inteiro à Grã-Bretanha. Esta se tornou o “mercado” mais conveniente e eficiente para obter meios de pagamentos e de produção e para colocar seus produtos primários. Tomando uma expressão de Michael Mann (1986), os Estados achavam-se “enjaulados” numa divisão global do trabalho, centrada no Reino Unido, que restringia momentaneamente sua disposição e capacidade de declarar guerra ao principal Estado capitalista, bem como uns aos outros. Não obstante, as empresas comerciais não sofriam a mesma restrição. A longa e generalizada competição selvagem de preços do fim do século XIX constituiu, por si só, uma grande escalada das lutas intercapitalistas \_ uma escalada que acabou assumindo a costumeira forma da guerra generalizada entre as nações<sup>18</sup>.

Contudo, não pretendemos chegar a 1914 e o que nos interessa aqui é justamente esse desenrolar econômico do final do século XIX. Teremos também no Brasil uma queda de preços de nosso principal produto então: o café. Seguindo um ritmo próprio, também ligado ao alcance das estradas de ferro, sobretudo no oeste paulista, o café começa uma lenta e segura queda em seus preços internacionais, justamente na década de 1890, quando acabávamos de mudar de regime. O aumento da produção da “indústria do café”, tornada a imensa produção do planalto paulista acessível ao mercado mundial pelo desenvolvimento dos transportes modernos, sofreu o estímulo conjuntural interno da baixa do câmbio do começo da República, que inflava a renda dos exportadores desse produto em moeda nacional. Pretendemos frisar, neste ponto, que tal quadro de queda dos preços do café passou a se agravar para os cafeicultores brasileiros a partir do ano 1896, justamente o ano do começo da reversão do quadro deflacionário internacional. Com tempos próprios, vemos, em frentes distintas, o aumento livre da produção causar uma perda de controle sobre a lucratividade. De formas distintas, tanto em várias frentes no centro do sistema, como no Brasil cafeeiro, o aumento livre da produção pôs em risco a lucratividade do sistema para muitos. Ou:

não há contradição em dizer que houve uma Grande Depressão numa época de expansão contínua da produção e do investimento. Ao contrário, a Grande Depressão *não* foi um mito, precisamente porque a produção e o comércio da Grã-Bretanha e da economia mundial como um todo havia-se expandido e

---

<sup>17</sup>ARRIGHI, Giovanni. *O Longo Século XX*. Ed. Unesp. 1994.

<sup>18</sup>Idem, p. 169.

continuavam a se expandir *depressa demais* para que os lucros se mantivessem.<sup>19</sup>

Vemos, portanto, no quadro do capitalismo central do período que nos ocupamos, esse movimento da potência hegemônica para sua fase outonal, enquanto outras potências produtivas se colocam. No caso essas eram Alemanha e EUA, enquanto o que chamamos de vetor outonal da Grã-Bretanha era sua financeirização. Ou para a Grã-Bretanha, ou melhor, para o terceiro ciclo sistêmico de acumulação “a partir de 1870, terminou uma fase (MD’) de expansão financeira. Esse foi o período que os marxistas, seguindo Rudolf Hilferding, identificaram como o estágio do “capital financeiro”. Como seria esperável, Braudel discordou da caracterização de “capital financeiro” feita por Hilferding, como um novu estágio do desenvolvimento capitalista:

Hilferding(...) vê o mundo do capital como uma gama de possibilidades, dentro da qual a variedade financeira \_ um fenômeno de surgimento muito recente, na visão dele\_ tendeu a derrotar as demais, penetrando-as por dentro. Essa é uma visão com que me disponho a concordar, com a ressalva de que vejo a pluralidade do capitalismo remontando a um longo tempo atrás. O capitalismo financeiro não foi um rebento da década de 1900; eu diria até que, no passado, digamos Gênova ou Amsterdam, após uma onda de crescimento do capitalismo comercial e a acumulação de capital numa escala superior aos canais normais de investimentos, o capitalismo financeiro já estava em condições de assumir o comando e dominar, pelo menos por algum tempo, todas as atividades do mundo comercial. (Braudel, 1984,p.604).

A linha mestra deste estudo, derivada que é da ideia braudeliiana das expansões financeiras como o “sinal de outono” dos grandes desenvolvimentos capitalistas, naturalmente respalda a visão de que o capitalismo financeiro não foi um novo rebento da década de 1900, mas teve importantes precedentes em Gênova e Amsterdam.”<sup>20</sup> Obviamente corroboramos a afirmação acima e focamos o capital vivendo então no nosso momento em tela sua grande expansão financeira em fase londrina.

Contudo, como o próprio Braudel nos ensina, não há apenas um capital, e sim tipos diferentes dele. Enquanto em Londres há expansão de sua modalidade financeira,

---

<sup>19</sup>Idem p.168

<sup>20</sup>Idem,p.166.

o que também chama atenção no mesmo período é sua concomitante expansão na modalidade industrial, e logo mais também financeira, na Alemanha e nos EUA<sup>21</sup>. Tal movimento, teorizado pelos nossos autores supracitados, não passou despercebido por muitos dos brasileiros engajados então no fazer político. Percebiam esses contemporâneos a Inglaterra consolidada em sua posição de centro financeiro, enquanto, ao mesmo tempo, claro estava que a pujança industrial norte-americana os colocava na direção de nosso mais dinâmico mercado externo para o café (além de estar os EUA hemisféricamente próximo ao Brasil, diferente da Alemanha). Nessa quadra histórica vemos a transição sistêmica do ciclo britânico para o ciclo americano de acumulação, lendo em paralelo o contexto nacional: transição para a República com início ainda pífio e desorganização do mercado de trabalho, com o fim da escravidão. Logo, nossa investigação seguirá na conexão entre ambos: importação de trabalhadores da periferia da Europa e importações de capitais do centro econômico/financeiro dinâmico (Londres), enquanto os EUA crescem a cada dia como o maior mercado consumidor de nossos produtos e, sobretudo, do maior de todos: o café.

Estamos já sobre o terreno do nosso objeto de estudo: o Brasil recém entrado na República e suas experiências de política econômica e monetária nesse contexto mundial de transição sistêmica; como se modernizava este país buscando sua inserção produtiva mundial, bem como sua inserção creditícia. Tais experiências modernizantes, desde o começo da República sempre colidiram com atrasos sistêmicos de nosso território econômico e geográfico (como a falta de um sistema bancário, minimamente organizado, o que, curiosamente, não impediu que o capitalismo penetrasse, mesmo antes que tal sistema bancário se desenvolvesse).

Vemos, pois, um país se modernizando e inserido no capitalismo, ainda sem um sistema bancário razoavelmente organizado, assim como também antes, obviamente, da organização de um mercado de capitais; antes mesmo de uma sociedade com mercado

---

<sup>21</sup>ROBINSON, E. A. G. *Monopolio*. Fondo de Cultura Economica. p. 191, 217, 241.

de trabalho, temos o capitalismo. Mas com que moeda? Achamos nesta questão o eixo de nosso estudo tanto na frente interna quanto externa. O Brasil usa capitais externos ou poupança externa para seus investimentos e ensaia um desenvolvimento monetário que pendula do audacioso ao conservador. Pois, se já afirmamos, escorados em Braudel, que no centro do sistema há diversos tipos de capital (comercial, industrial, bancário, financeiro), também teremos no Brasil do qual nos ocupamos diversos tipos de moedas: metálica, fiduciária, dívida pública monetizada (sendo que no período em estudo, estas duas últimas se confundiam).

Temos nesta(s) moeda(s) um eixo de decifração muito curioso de nossa passagem de economia mercantil à economia capitalista. Vemos as resistências de uma elite herdeira de privilégios coloniais/escravistas decidida a se reciclar preservando o que puder de tais privilégios, mantendo-se como fornecedora de produtos primários no mercado mundial capitalista. A monocultura agroexportadora sendo a forma de reprodução de manutenção desses privilégios, ainda exigia como consequência a continuidade da concentração fundiária e uma insidiosa e perversa inibição da diversificação produtiva, conseqüentemente inibindo a distribuição de riquezas e a ampliação do minúsculo mercado interno de então.

Logo, neste quadro social/produtivo, havia uma inibição produtiva que fazia com que, quando ampliávamos nosso numerário, como no caso do primeiro Gabinete republicano, o dinheiro excedente, além de ir para produção que aumentava, tendia a ir especular contra a moeda.

Que fique claro: também ia para a produção, como foi no caso do episódio conhecido como **Encilhamento**, no qual tivemos, sim, um crescimento industrial; mas, como esse próprio episódio nos ensina, boa parte da expansão monetária realmente foi para a especulação.<sup>22</sup>

Vemos a República modernizando essa situação de associação dependente com o centro do capitalismo mundial, sendo provavelmente seus processos monetários, com *deficits*, inconvertibilidade e política emissora, condizentes e funcionais com tal dinâmica, estando todos os curiosos arranjos bancários do período afinados com essas tentativas. Pois essa(s) moeda(s) experimentada(s) carregava(m) no viés conservador

---

<sup>22</sup>SUZIGAN, W. *Indústria Brasileira: Origem e Desenvolvimento*. Ed. Hucitec, Ed. Unicamp. p.50.

quando usava o Brasil de poupança externa através de endividamento (prática que vinha do Império), vestindo a moeda, neste caso, com o lastro metálico (como foi no nosso período de estudo o caso do último gabinete imperial, e do *Funding Loan* de 1898). Ou, no caso da aurora republicana do Brasil, foi a moeda para a roupagem fiduciária, produzindo uma desvalorização cambial que será estratégica para o setor exportador na primeira República.

Também aqui cabe comentar sobre o propalado atraso do monopólio estatal da moeda como algo que será consolidado “tardamente” no Brasil: em comparação com os EUA, por exemplo, no mesmo momento não estava tal processo no Brasil de forma alguma “atrasado”, sendo o praticado no Brasil com bancos privados como emissores uma prática estabelecida no período também nos EUA e alhures.

Com relação ao atraso da formação de nosso sistema bancário, nesse caso sim, tínhamos uma desorganização relativa que comprometia muitos pontos de nossa agenda modernizadora. Porém, mesmo com tais dificuldades, a economia monetária brasileira já conseguia organizar a produção de forma a usar a moeda como instância capaz de separar no tempo e no espaço a produção do consumo com o fito de acumulação de riquezas por alguns. Mesmo na audaciosa política monetária expansiva do começo da República, o limite para a moeda fiduciária era o comércio internacional, sendo no espaço interno a inflação muito bem usada pelos cafeicultores para socializar prejuízos<sup>23</sup>, movimentando toda a sociedade num crescimento econômico com essa consciente concentração de renda.

Tinha já então essa moeda uma função sofisticada como expressão de relações sociais e como meio de separar o trabalho no tempo, para dividir desigualmente a riqueza socialmente gerada, concentrando esta em alguns grupos. Neste ponto temos que frisar que no começo da República do qual nos ocupamos o mercado de trabalho não estava consolidado, sendo a retaguarda de economia natural, ou economia de subsistência, um esteio em relação às experiências monetárias, pois a moeda ainda não tinha hegemonia para exprimir as relações de trabalho e de troca.

Neste ponto cabe uma pequena digressão sobre a consciência da geografia econômica do Brasil desde o que chamamos de economia natural até esse Brasil que tenta se modernizar ligado à moeda. Para tanto usaremos do arcabouço teórico dos já

---

<sup>23</sup>FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. Companhia Editora Nacional. 1959.

citados Fernand Braudel e Giovanni Arrighi, bem como do economista brasileiro Ignácio Rangel.

### 1.1) A dualidade é determinada pela externalidade dos centros financeiros

Ignácio Rangel teorizou sobre a dualidade para estudar o Brasil, país no qual a noção de retardo econômico e de ser sua economia construída de forma a complementar um sistema exterior (paradigma pradiano) sempre esteve presente, assim como na América Latina e em várias outras regiões tidas como subdesenvolvidas. Mas Giovanni Arrighi, sem muito teorizar sobre, faz uso também de uma dualidade para ler o desenvolvimento histórico do capitalismo no centro do sistema em seu nascedouro. A dualidade territorialista/mercantil entre ibéricos e genoveses (1º ciclo sistêmico de acumulação) é claramente descrita como uma dualidade fundante do capitalismo histórico em Arrighi. É ainda determinante para nossa comparação Arrighi/Rangel o fato de o centro financeiro dos agentes territorialistas (estatais) dessa primeira dualidade estar externalizado: eram os genoveses os banqueiros dos reis ibéricos.

Mais especificamente, afirma-se que a expansão material do primeiro ciclo sistêmico de acumulação (o genovês) foi promovida e organizada por um agente dicotômico, formado por um componente aristocrático territorialista (ibéricos), que se especializou no fornecimento de proteção e na busca de poder, e por um componente burguês capitalista (genovês), que se especializou na compra e venda de mercadorias e na busca de lucro.<sup>24</sup>

No presente trabalho é defendido ser essa externalidade dos agentes financeiros a base da dualidade. Na obra rangeliana, a externalidade do financiamento das operações da economia brasileira sempre foi entendida como uma questão a ser enfrentada. Questionado sobre a fraqueza da poupança interna, o que nos obrigava a fazer uso de poupança externa nos endividando, Rangel desenvolveu a heterodoxa teoria de que o Brasil sofria mais de mau uso de seus recursos do que de escassez dos mesmos.<sup>25</sup> Tal visão de que não há escassez de capital, contrariando a opinião dominante, é recorrente em Fernand Braudel tratando da Europa do Antigo Regime.

---

<sup>24</sup>ARRIGHI, Giovanni. *O Longo Século XX*. Ed. Unesp. 1994.p.124.

<sup>25</sup>Rangel, Ignácio. *A Inflação Brasileira*(1963). In *Os Desenvolvimentistas*. Ed: BNDES. p. 610, 611, 612, 613.

Para entender a dualidade em Arrighi e Rangel, é fundamental entender a externalidade do financiamento desses Estados, pois isso está na base da dualidade; logo, também a questão de como esses autores vêm a falta de capitais ou sua má alocação; ou em termos rangelianos, áreas de estrangulamento na economia contra áreas com capacidade ociosa.

Para desenvolver essa questão faremos agora uma análise comparada entre o economista maranhense (Ignácio Rangel) e o historiador francês Fernand Braudel, pois temos entre Rangel e Braudel similitudes de análise econômica entre dois pensadores contemporâneos. Começaremos cruzando metodologias equivalentes por ambos desenvolvidas em separado, a de enxergarem uma divisão tripartite da economia, para então chegarmos a uma outra equivalência metodológica entre eles: o fato de ambos defenderem haver capitais ociosos mais do que escassez deles, Rangel discorrendo sobre o Brasil subdesenvolvido do século XX e Braudel sobre a Europa do Antigo Regime.

## 1.2) Divisão tripartite da economia .

Estudando o economista brasileiro Ignácio Rangel, deparamo-nos com uma análise metodológica para sistematizar uma possível divisão da economia brasileira que, segundo ele, era um emaranhado de tempos históricos em convivência conflituosa. Segundo Ignácio Rangel, o Brasil seria uma realidade econômica feita de várias camadas de temporalidades econômicas sobrepostas: uma verdadeira viagem no tempo em que poderíamos ver vários (se não todos) modos de produção vividos pela Humanidade coexistindo. Ele reconhecia em nosso território o comunismo primitivo (dos povos indígenas), o escravismo (ainda renitente por questões de dívidas no campo mais retrógrado), o feudalismo (representado, segundo ele, pelo latifúndio) e o capitalismo, tanto comercial quanto monopolista.

Diante da dificuldade de sistematização de uma economia com tantas camadas sobrepostas, Rangel buscou uma síntese desse mosaico de realidades econômicas, chegando a:

três formações sobrepostas, ou stratas, reagindo entre si duas a duas, a saber:  
1º) Uma economia natural, caracterizada pela produção para o consumo do próprio produtor, exemplificada (...) pela alparcata de couro cru do nosso sertanejo;



2º) Uma economia de mercado, no seio da qual domina um capitalismo que, apesar de todas as distorções, corresponde no fundamental às características do capitalismo europeu do século XIX;

3º) Uma economia capitalista de monopólio, nisso semelhante à do moderno capitalismo dos países mais avançados, mas que no Brasil tende a orientar-se para o capitalismo de Estado, sob a forma jurídica do serviço de utilidade pública, que domina no campo de comércio exterior, isto é, onde nossa economia entra em contato com a economia mundial, e nos ramos da produção interna mais diretamente dependentes desse comércio.<sup>26</sup>

Obviamente ele escreve sobre meados do século XX, o que não inviabiliza o olhar a ser lançado sobre o século XIX brasileiro. E, sobretudo, tem o mérito de fazer uma clara distinção entre mercado e capitalismo de monopólio. Trabalha Rangel aqui nos quadros clássicos da tradição marxista, que enxerga o capitalismo europeu da maior parte do século XIX como um capitalismo de mercado sob *a pax britannica*, em contraste com o que se seguiria à unificação alemã e à guerra civil americana, que seria o capitalismo monopolista dos trustes, cartéis e *ententes*.

Porém é forçoso frisar aqui a semelhança do modelo rangeliano com o desenvolvido pelo historiador francês Fernand Braudel. Em sua conhecida obra *Civilização Material, Economia e Capitalismo: séculos XV-XVIII*<sup>27</sup>, obra em três volumes, Braudel tem como esqueleto teórico uma concepção tripartite da história econômica na qual perpassa uma visão geográfica.

Segundo ele, a primeira realidade econômica seria o que chamou de vida material: a produção para auto-consumo, ligada a uma realidade local, sendo essa realidade amonetária.

Por cima viria uma segunda camada que batizou de economia de mercado: seria a troca entre produtores numa realidade já marcada por uma maior divisão e especialização do trabalho, que aceitaria (e pediria) a monetarização das trocas; tal realidade teria como perfil geográfico um espaço que ele chama de regional e seu exemplo típico seriam as grandes feiras do final da Idade Média.

Por último, sobrepondo-se a tudo viria o que chamou de Capitalismo: dinâmica econômica marcada pelo monopólio/oligopólio, logo, distinta do que ele chama de economia de mercado, pois a lei da oferta e da procura não cabe aqui; no Capitalismo de

---

26 RANGEL, Ignácio. *Introdução ao Estudo do Desenvolvimento Econômico Brasileiro*. Publicações da Universidade de Bahia, 1957. P. 37.

27 BRAUDEL, Fernand. *Civilização Material, Economia e Capitalismo: séculos XV-XIII*. Ed. Martins Fontes.

Braudel, o que os teóricos marxistas enxergarão no imperialismo do fim do século XIX já se apresentava na era moderna da tradição historiográfica francesa (séculos XV-XIII). O seu Capitalismo é um contra-mercado, é definido por rotas comerciais monopolizadas por grupos ligados a Estados (Príncipes), bem como aos seus exércitos e armadas: no Capitalismo de Braudel a força rege o mercado.

Pois encontramos nesta digressão geográfico/econômica uma série de ideias de base para pensarmos nosso objeto de estudo: o Brasil dos primeiros anos da República, em perspectiva com o centro do capitalismo então no auge de seu terceiro ciclo de acumulação.

Entre uma economia natural de subsistência e uma associação subordinada e dependente ao centro capitalista, havia no espaço Brasil uma retaguarda de economia de abastecimento, assim como uma vanguarda econômica do complexo cafeeiro e outros produtos exportáveis: pois é nesse mosaico econômico que a República ensaia suas moedas. Entre a necessidade de expansão de numerário internamente e de meios para divisas externas(cambiais), oscilou nossa política monetária lastreada por vezes na realidade, por vezes no projeto de transformar essa realidade. A moeda reflete e/ou projeta o real.

Pois assistimos nesse momento uma economia nacional se projetando, mesmo sem que sua atividade bancária estivesse preparada para responder às exigências do financiamento para a produção e do crédito para o consumo. E podemos dizer ainda: nem mesmo do salário para o trabalho! Diante dessa situação afirmamos que na história econômica do Brasil as outras épocas de realidade econômica de que nos falou Rangel sustentam a pequena ponta em crescimento de economia monetizada em busca de modernização.

Veremos esse desenvolver do meio circulante nacional, em meio às contradições geradas no processo de constituição de forças produtivas. No Brasil de então a atividade econômica que dinamizava a riqueza nacional, permitindo a valorização do capital e a inserção da economia brasileira no mercado mundial era, sobretudo, a produção cafeeira, tendo que ser a moeda brasileira, portanto, funcional para o complexo cafeeiro. Contudo, veremos moedas diferentes sendo funcionais de formas diferentes para esse complexo. Moedas sendo ensaiadas e alcançando fins desejados ou surpreendentes: houve paradoxos das consequências em nossa história monetária. Moedas beneficiando

determinados capitais em detrimento de outros: pequeno, médio ou grande capital<sup>28</sup>. Os ensaios foram por vezes surpreendentes, por vezes previsíveis. Mas o desenrolar desta narrativa monetária em perspectiva nacional/mundial é nossa intenção acadêmica neste trabalho que aqui iniciamos.

Como conclusões parciais retomamos a idéia sobre a variedade de capitais (industrial, comercial, bancário, financeiro) no centro do capitalismo na passagem do século XIX para o XX, em consonância com a variedade de moedas ensaiadas no começo da República brasileira (metálica, fiduciária, dívida pública monetizada). Escorados nos autores supracitados enxergamos a crueza econômica do Brasil de então ser muito bem explorada pelos capitais que penetram nesta economia. Tendo as moedas experimentadas neste contexto uma função dual: dialogar com capitalismo de um lado (este é sempre mundial) e com um nascente mercado interno de outro. Aqui corroboramos o antagonismo braudeliano entre capitalismo e mercado. Pois foi este o conflito vivido pelas moedas na aurora republicana: moedas mais funcionais ao capitalismo ou moedas que ventilavam a economia interna. Enquanto o grande capital (interno e externo) sempre forçou uma moeda mais próxima de padrões cambiais, o pequeno capital sempre demandou mais numerário, estando este sempre sob concorrência e pagando juros mais caros. Ainda assim foi deste pequeno e médio capital que nascerá o mercado interno brasileiro no século XX. Base da industrialização e urbanização vivida pelo Brasil.

---

<sup>28</sup>SAES, Flavio Azevedo Marques. *Estado e Sociedade na Primeira República: a Questão Monetária e Cambial Durante a Crise Cafeeira*. p.254, 255. Revista Brasileira de História. 2/09/1981.

